

CAPÍTULO 2

ATENDIMENTO A GESTANTES NEGRAS EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE À LUZ DA BIOÉTICA DA PROTEÇÃO E DO RACISMO INSTITUCIONAL

**Marisa da Conceição
Cristiane Maria Amorim Costa
Cecília Maria Izidoro Pinto
Sônia Beatriz dos Santos**

INTRODUÇÃO

O atendimento a gestantes negras em contextos de vulnerabilidade social é uma questão crítica no Brasil, onde as desigualdades sociais e raciais se manifestam de maneira acentuada. Estudos revelam que as mulheres negras enfrentam barreiras significativas no acesso aos cuidados de saúde, resultando em experiências desumanizadas e relatos de discriminação. Este artigo analisa essas barreiras e discutir a importância da bioética da proteção como meio de promover um atendimento equitativo.

OBJETIVO

Este artigo analisará essas barreiras e discutir a importância da bioética da proteção como meio de promover um atendimento equitativo.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo baseou-se em uma revisão narrativa da literatura, com ênfase nos principais debates acadêmicos e institucionais sobre o acesso à saúde de mulheres negras. A busca foi realizada na base de dados LILACS, utilizando descritores como “saúde da mulher negra” e “racismo institucional”. Foram selecionados artigos publicados entre 2010 e 2021, disponíveis em texto completo e nos idiomas português, inglês ou espanhol. A análise dos textos selecionados seguiu uma abordagem qualitativa, com leitura crítica e identificação de eixos temáticos emergentes, permitindo uma reflexão fundamentada sobre os desafios enfrentados por gestantes negras no sistema de saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da análise revelaram a persistência de desigualdades no atendimento às gestantes negras, agravadas por fatores como racismo institucional, falta de coordenação do cuidado e barreiras geográficas. Estudos indicam que essas mulheres muitas vezes recebem um atendimento de saúde inadequado, que ignora suas necessidades e especificidades. A bioética da proteção de Schramm é explorada como uma

abordagem capaz de enfrentar essas desigualdades, propondo um modelo de atenção que respeite a dignidade humana e assegure os direitos das mulheres negras. Além disso, é imprescindível a formação crítica dos profissionais de saúde sobre o racismo e a promoção de práticas que assegurem um atendimento equitativo.

CONCLUSÃO

A partir da análise realizada, conclui-se que a bioética da proteção é fundamental para promover um atendimento de saúde mais justo e equitativo para gestantes negras. É vital que o Estado reconheça o racismo institucional e implemente políticas públicas efetivas para enfrentar as desigualdades estruturais existentes.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo institucional; Mortalidade materna; Interseccionalidade; Bioética da proteção; saúde da mulher negra.

REFERÊNCIAS

ASSIS, G. L.; JESUS, C. H. Acesso aos serviços de saúde: abordagens, conceitos e dimensões. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 11, p. 2865-2875, 2012.

BENEVIDES, R. et al. **Mortalidade materna no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

COSTA, A. A. M. **Atenção obstétrica e neonatal no Brasil**: estudos de caso em três regiões. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. **Racismo institucional e saúde**. São Paulo, 2013.

GOES, E. F. et al. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19: reflexões a partir do racismo estrutural. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, supl. 1, e200120, 2020.

KALCKMANN, S. et al. Racismo institucional: um desafio para a equidade no SUS? **Saúde e Sociedade**, v. 16, n. 2, p. 25-35, 2007.

LEAL, M. C. et al. Desigualdades no atendimento ao parto no Brasil: análise da pesquisa nascer no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 3, e00194815, 2017.

OLIVEIRA, P. M. A seletividade das políticas públicas durante a pandemia de Covid-19: um olhar sobre a população negra. **Saúde em Debate**, v. 44, n. esp. 4, p. 95-108, 2020.

SCHRAMM, F. R. Bioética da proteção como ferramenta para a promoção da justiça sanitária. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 3, p. 1923-1930, 2011.

SOCIEDADE MARANHENSE DE DIREITOS HUMANOS. **Pandemia e vulnerabilidades**: relatos sobre violações de direitos durante a pandemia de Covid-19. São Luís: SMDH, 2021.

TRAVASSOS, C.; MARTINS, M. Uma revisão sobre os conceitos de acesso e utilização de serviços de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 1, p. 117-130, 2004.

VIANNA, M. R. S. Desigualdades étnico-raciais na mortalidade materna no Brasil. **Saúde em Debate**, v. 35, n. 90, p. 103-114, 2011.

VIEGAS, S. M. F.; VARGAS, L. A. Política de Saúde da População Negra: limites e possibilidades. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 1, p. 201-210, 2016.

VIELLAS, E. F. et al. Assistência pré-natal no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 48, n. 3, p. 327-336, 2014.